



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

em 31 de Dezembro de 2020

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Referentes aos Exercícios Findos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

Í N D I C E

	Página
Balanços Patrimoniais	3-4
Demonstrações do superávit/déficit	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Demonstrações das mutações do patrimônio social	7
Notas explicativas	8-13

BALANÇO PATRIMONIAL							
LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020							
Em R\$ (Reais)							
A T I V O				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Notas	31/12/2020	31/12/2019		Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	983,53	982,00	Contas a pagar	5	300,00	-
		<u>983,53</u>	<u>982,00</u>			<u>300,00</u>	<u>-</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	2	-	-	Empréstimos e Financiamentos	6	15.620,00	-
Intangível	2	-	-			<u>15.620,00</u>	<u>-</u>
		<u>-</u>	<u>-</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Patrimônio Social	7	982,00	982,00
				Superávit (Déficit) do Exercício		(15.918,47)	-
						<u>(14.936,47)</u>	<u>982,00</u>
TOTAL DO ATIVO		983,53	982,00	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		983,53	982,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			
Em R\$ (Reais)				Em R\$ (Reais)			
		31/12/2020	31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019	
Atividades Assistenciais				Superávit/Déficit do exercício	(15.918,47)	-	
Recursos sem restrição	8	-	-	Ajustes para conciliar o resultado as disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:	-	-	
Trabalho voluntário		-	-	Depreciações e Amortizações	-	-	
Recursos com restrição		-	-	Provisões para Contingência	-	-	
Outros convênios e parcerias sem restrição		-	-	Decréscimo/Acréscimo em ativos			
Total das Receitas		<u>-</u>	<u>-</u>	Adiantamentos e Despesas Antecipadas	-	-	
Custos Operacionais	9	-	-	Decréscimo/Acréscimo em Passivos			
		<u>-</u>	<u>-</u>	Contas a pagar	300,00	-	
SUPERÁVIT BRUTO		<u>-</u>	<u>-</u>	Obrigações Trabalhistas	-	-	
Despesas e Receitas Operacionais:				Obrigações Tributárias	-	-	
Despesas Gerais e Administrativas	10	(13.720,06)	-	Outras Obrigações	-	-	
Despesas Tributárias		(2.177,14)	-	Caixa Proveniente das Operações	(15.618,47)	-	
Depreciações e Amortizações		-	-	Fluxo de Caixa das atividades de Financiamento			
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>(15.897,20)</u>	<u>-</u>	Empréstimos/Financiamentos			
Outras Receitas e Despesas Operacionais				Partes relacionadas	15.620,00	-	
Alienação do Ativo Imobilizado		-	-	Caixa proveniente das atividades de Financiamento	<u>15.620,00</u>	<u>-</u>	
Total outras Receitas e Despesas Operacionais		<u>-</u>	<u>-</u>	Fluxo de Caixa das atividades de Investimentos			
Resultado Financeiro				Venda de Bens do Imobilizado	-	-	
Despesas Financeiras	11	(21,27)	-	Aquisições do Imobilizado	-	-	
Receitas Financeiras	11	-	-	Aquisições do intangível	-	-	
		<u>(21,27)</u>	<u>-</u>	Caixa proveniente das atividades de Investimentos	-	-	
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO		<u>(15.918,47)</u>	<u>-</u>	Aumento/Diminuição do Caixa e Equivalentes	1,53	-	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE				Caixa e Equivalentes de Caixa			
		31/12/2020	31/12/2019	No início do Exercício	982,00	982,00	
RESULTADO DO PERÍODO DO EXERCÍCIO		<u>(15.918,47)</u>	<u>-</u>	No final do Exercício	983,53	982,00	
RESULTADO DO VALOR ABRANGENTE		<u>(15.918,47)</u>	<u>-</u>	Aumento/Diminuição do Caixa e Equivalentes	1,53	-	

Cláudia Valéria de Paula
CPF 077.672.588-23
PRESIDENTE

Márcia Marcondes da Silva
CT - CRC 1SP 159296/O-8
CPF: 115.077.028-76

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO DE 2020					
	Patrimônio Social	Ajustes patrimoniais	Fundo Social	Superávit/Déficit Acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	982,00	-	-		982,00
Superávit (Déficit) do exercício				(15.918,47)	(15.918,47)
Transferência de superávit (déficit) de recursos sem restrição					-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	982,00	-	-	(15.918,47)	(14.936,47)

Cláudia Valéria de Paula
CPF 077.672.588-23
PRESIDENTE

Márcia Marcondes da Silva
CT - CRC 1SP 159296/O-8
CPF: 115.077.028-76

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2020

1. A ORGANIZAÇÃO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO EM SAUDE DO BRASIL - OGDS BRASIL E SEUS OBJETIVOS:

A ORGANIZAÇÃO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO EM SAUDE DO BRASIL - OGDS BRASIL foi fundada em 27 de janeiro de 2004, com a razão social de Organização Nacional Trânsito e Vida – ONTRAN, é uma pessoa jurídica de direito privado, associação sem fins econômicos e/ou lucrativos, com autonomia administrativo e financeira, com duração por tempo indeterminado, devidamente registrada, no Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos das Pessoas Jurídicas Comarca de Barueri-SP, Barueri – São Paulo, em 27/01/2004 sob o nº 171717, inscrita no CNPJ sob nº 07.414.775/0001-52, e com alteração registrada em 24/02/2017 sob nº 7713 no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Jacareí-SP, Jacareí – São Paulo e em 27/07/2020 sob nº 180.621 no 6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo, São Paulo – São Paulo regendo-se pelo presente estatuto e pela legislação que lhe for aplicável.

A ORGANIZAÇÃO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO EM SAUDE DO BRASIL - OGDS BRASIL, com sua nova gestão e reestruturação tem como objetivos e finalidades:

- I** – Promover, executar, planejar e implementar projetos técnicos e científicos nas áreas de saúde, assistência social, organização de trânsito e meio ambiente;
- II** – Administrar e manter hospitais civis e militares, públicos ou privados bem como centros de diagnósticos e de exames de imagem, laboratórios, serviços ambulatoriais e afins, inclusive pronto atendimento e atendimentos de urgência e emergência;
- III** - Criar, manter e administrar serviço de assistência domiciliar e de hospitais de retaguarda;
- IV** – Gerir postos de assistência médica civis e militares, públicos ou privados com e sem internação e postos de saúde pública;
- V** – Desenvolver programas de promoção, prevenção, proteção e reabilitação da saúde, em todos os níveis;
- VI** – Colaborar com o poder público no exame e encaminhamento de atos normativos de qualquer espécie, relativos aos objetivos estatutários e serviços correlatos, bem como com a concepção, a implementação e a implantação de políticas públicas na área de saúde e de assistência social;
- VII** - Colaborar pelos meios adequados, no Brasil e no exterior, com as instituições públicas e privadas, no que tange ao ensino, a pesquisa, a assistência médica, a técnica administrativa ou científica, por meio de convênios, contratos de gestão e outros instrumentos de parceria, visando preferencialmente à prevenção e detecção precoce de agravos à segurança humana;

- VIII** – Desenvolver programas de parcerias públicas e privadas relacionadas aos seus objetivos sociais;
- IX** – Desenvolver sistemas diagnósticos e soluções para hospitais civis e militares, públicos ou privados, além de ferramentas de gestão para a saúde pública;
- X** – Desenvolver programas de treinamento, pesquisas, atualização profissional, capacitação e de apoio para profissionais de saúde e assistência social, em parceria ou não com faculdades, universidades, escolas técnicas e profissionalizantes;
- XI** – Desenvolver ações de educação continuada e pesquisa voltadas ao desenvolvimento econômico e social, através de cursos tecnólogos, ensino fundamental, médio e ensino superior e cursos profissionalizantes, relacionadas aos seus objetivos sociais;
- XII** – Elaborar, editar e distribuir materiais informativos, técnicos e científicos na área da saúde e assistência social, trânsito e meio ambiente, relacionadas aos seus objetivos sociais;
- XIII** – Estimular trabalhos de pesquisa, ensino, assistência e consultoria relacionadas aos seus objetivos sociais, por meio de apoio material e financeiro;
- XIV** – Gerir programas de bolsas de estudo e de pesquisa na área de saúde, assistência social, trânsito e meio ambiente;
- XV** – Incentivar e desenvolver estudos, pesquisas, programas e projetos em saúde, assistência social, trânsito e meio ambiente;
- XVI** – Desenvolver atividades socioeducativas para a comunidade civil e militar, relacionadas aos seus objetivos sociais;
- XVII** – Desenvolver sistema de central de compra associativa;
- XVIII** – Promover e formalizar convênios, termos de parceria e contratos de gestão com o setor público nos níveis federal, estadual, municipal e do Distrito Federal bem como contratos nacionais e internacionais com órgãos não governamentais;
- XIX** – Promover integração de ações com o setor governamental e iniciativa privada nas áreas de saúde, assistência social, trânsito e meio ambiente; e,
- XX** – Promover o repasse das tecnologias absorvidas e/ou desenvolvidas, bem como a capacitação do pessoal técnico.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Resolução 1409 do Conselho Federal de Contabilidade de 21 de setembro de 2012, instituiu o ITG 2002 R1 – Entidade sem Finalidade de Lucros.

Essa resolução entrou em vigor na data de sua publicação (27/09/2012), aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2012. Esta interpretação (ITG 2002 R1) estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação e de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2.a Demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras da OGDS BRASIL foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) consubstanciadas principalmente nas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às Instituições Filantrópicas (NBC T 10.19).

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da OGDS BRASIL são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Instituição atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Instituto.

2.4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

2.4.a Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4.b Ativos financeiros

A OGDS BRASIL classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo através do resultado e (ii) empréstimos e recebíveis, não existindo, nas presentes demonstrações financeiras, ativos mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são aqueles mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro". Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

ii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da OGDS BRASIL compreendem créditos a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

2.4.c Impairment de ativos financeiros

A OGDS BRASIL avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

2.4.d Intangíveis

A OGDS BRASIL não possui bens intangíveis.

2.4.e Imobilizado

A OGDS BRASIL não possui bens do ativo imobilizado.

2.4.f Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

2.4.g Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.4.h Apuração do superávit / déficit

As receitas financeiras e as despesas são apuradas pelo regime de competência. As receitas de doações são reconhecidas no resultado quando recebidas ou quando vinculados à conclusão de projetos específicos e têm a finalidade de custear as atividades sociais desenvolvidas pela OGDS BRASIL.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO.

3.1. Considerações gerais e políticas

A OGDS BRASIL possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

A Administração examina e revisa as informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

3.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da OGDS BRASIL a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Associação concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

a) Risco de mercado

O risco de mercado decorre principalmente da possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre principalmente de bancos e aplicações financeiras.

As taxas pactuadas para as aplicações financeiras refletem as condições usuais de mercado.

c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e aplicações financeiras suficientes para manter suas atividades.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e equivalencia de caixa sem restrição	983,50	982,00
Total	<u>983,50</u>	<u>982,00</u>

5. OBRIGAÇÕES

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Contas a pagar	300,00	0,00
Total	<u>300,00</u>	<u>0,00</u>

6. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – LONGO PRAZO

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Empréstimos e financiamentos	15.620,00	0,00
Total	<u>15.620,00</u>	<u>0,00</u>

Para reestruturação da OGDS os associados, realizaram transferências para quitação dos gastos com alteração estatutária, transferência endereço sede, registros nos Conselhos de entidades de classe, entre outros. Essas transferências foram realizadas em caráter de empréstimo, devendo ser quitadas futuramente, quando a OGDS BRASIL iniciar suas atividades operacionais e houver recursos.

7. PATRIMONIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido está representado pelas doações iniciais acrescidos dos superávits e déficits acumulados até o último exercício. A composição do saldo consta nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

8. RECURSOS SEM RESTRIÇÃO

A OGDS BRASIL não desenvolveu atividades durante o exercício de 2020, não obtendo recursos com suas atividades no período.

9. CUSTOS OPERACIONAIS

A ORGANIZAÇÃO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE DO BRASIL - OGDS BRASIL não incorreu em custos operacionais no exercício de 2020, uma vez que não desenvolveu atividades durante este período.

10. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas compreendem os gastos utilizados na administração, gerenciamento e reestruturação das atividades da ORGANIZAÇÃO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE DO BRASIL - OGDS BRASIL:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Despesas administrativas	15.918,47	0,00
Depreciações e amortizações	0,00	0,00
Despesas tributárias	2.177,14	0,00
Despesas financeiras	21,27	0,00
Total	<u>18.116,88</u>	<u>0,00</u>

11. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas:		
Rendimento de aplicações financeiras sem restrição	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Despesas:		
Juros de mora	-3,27	0,00
Multa de mora	-18,00	0,00
	<u>-21,27</u>	<u>0,00</u>
Resultado financeiro líquido	<u>-21,27</u>	<u>0,00</u>

12. DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O déficit apurado no período será absorvido pelo patrimônio social, em atendimento ao Princípio Contábil da Continuidade da Entidade e aos dispositivos legais vigentes, aplicáveis às Instituições Filantrópicas.

São Paulo, 31 de dezembro de 2020.

Cláudia Valéria de Paula
 Presidente
 CPF: 098.403.068-98

Márcia Marcondes da Silva
 CRC 1SP 159.296/O-8
 CPF: 115.077.028-76